

Reflexões sobre as lutas por uma sociedade sem pátria e sem patrões*

Antonio Ozaí da Silva **

O tema é amplo e complexo. Quais são as lutas sociais que apontam para uma sociedade sem pátria nem patrões? No tempo, abrangem vários momentos históricos; no espaço, diversas experiências.

Começemos pela social-democracia revolucionária. Sim, houve um tempo em que ser social-democrata era sinônimo de ser revolucionário. Foi uma época em que os sociais democratas almejavam derrotar a ordem burguesa, tinham a revolução no horizonte e atuavam para construir a sociedade pós-capitalista, internacionalista e comunista, sem pátria nem patrões. Paradoxalmente, porém, o seu projeto revolucionário se via limitado pela ordem social que combatiam. As tensões pela adaptação estavam presentes desde as origens. Pois se o vir-a-ser está presente na realidade vigente, não é possível pensar e agir desvinculado do mundo em que se vive. O perigo é a acomodação à ordem que se deseja superar, ainda que se mantenha a retórica da utopia revolucionária.

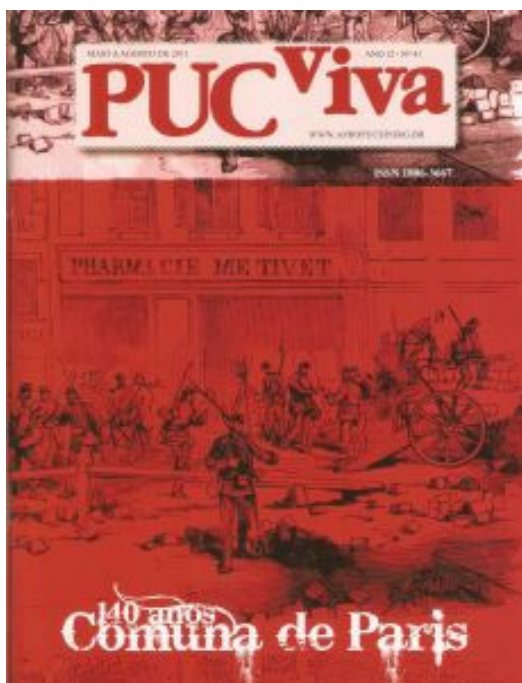
Eis o dilema da social-democracia: negar a ordem social e política burguesa e,

simultaneamente, atuar nas instituições políticas existentes. Em outras palavras, a social-democracia, desde suas origens revolucionárias, se viu diante da alternativa que permanece atual:

participar ou não das instituições burguesas? As diferentes opções em torno desta questão opuseram os anarquistas aos socialistas. Os primeiros recusaram a participação no parlamento burguês, a organização em partido político e a luta por reformas; os segundos aceitaram o desafio de participar e se organizar em partidos. A negativa dos anarquistas justificou-se pela

oposição a todo e qualquer governo, pela recusa da perspectiva da ditadura do proletariado e do Estado socialista. Essa atitude forneceu-lhe um halo de pureza revolucionária que representou, no extremo, a negação de qualquer positividade quanto à sociedade a ser transformada.

O movimento socialista fortaleceu-se enquanto crítica social, econômica, política e ideológica aos valores predominantes na sociedade industrial dos séculos 19 e 20. Ele representou a continuidade histórica dos ideais



revolucionários presentes nas revoluções burguesas na Inglaterra e na França. Ao mesmo tempo, configurou uma ruptura com tudo o que legitimava a ordem burguesa.

O socialismo, porém, foi fruto dessa sociedade e também sofreu a influência das ideias que combatia. Esses valores incrustaram-se historicamente na práxis socialista; incorporam-se ao seu cotidiano, pensamento e ação. Na política institucional, essa ideologia encontrou terreno fértil para desenvolver-se.

A possibilidade de transformar a realidade implica agir diante dela, com os riscos inerentes à ação. A utilização da luta parlamentar potencializou a capacidade de intervenção dos socialistas e revelou-se um instrumento eficaz de propagação da sua ideologia, minando a força ideológica da burguesia no seio do proletariado e influenciando estratos sociais exteriores à classe operária. Por outro lado, seu crescimento também potencializou os meios e mecanismos da influência da ideologia dominante em suas hostes. O pecado original da social-democracia reside nessa necessidade intrínseca à sua práxis política, determinada pela opção em participar.

O caminho alternativo seria o da abstenção. Este acarretava o risco da renúncia às responsabilidades concretas de promover reformas necessárias, ainda que no quadro do capitalismo. Com efeito, os trabalhadores não são uma abstração teórica, mas seres reais com necessidades objetivas concretas. Diante das dificuldades e dos sofrimentos cotidianos é difícil convencê-los a abraçar o projeto revolucionário, cujo horizonte parece-lhes inatingível. Em geral, os seres humanos são pragmáticos. Afinal, “os ideais revolucionários podem impulsionar a história, mas não fornecem alimento nem abrigo” (Przeworski, 1989, p. 24-25).

Eis o dilema: não participar significa correr o risco de isolar-se dos trabalhadores e perder seu apoio; de limitar-se ao papel de representar a consciência crítica do movimento operário ou reduzir-se “a um diminuto grupo de ascetas políticos” (apud Przeworski, idem, p. 25). Não obstante, a experiência da social-democracia mostrou que a decisão de participar também acarreta ônus.

Conhecemos o final desse filme: a social-democracia aderiu aos esforços patrióticos de seus respectivos governos em guerra declarada; assumiu de bom grado a gerência da sociedade que pretendia revolucionar; tornou-se uma potência econômica de caráter capitalista; abandonou até mesmo a retórica socialista e o ideário reformista; adaptou-se à ordem, tornou-se mantenedora desta e renunciou definitivamente a qualquer veleidade que fizesse lembrar os seus princípios originais.

Em suma, a experiência social-democrática terminou por rejeitar a possibilidade utópica de uma sociedade sem pátria nem patrões. Ela reforçou os valores e potencializou o desenvolvimento do nacionalismo e do poder patronal. De fato, foi com o seu concurso que a burguesia conseguiu superar as piores crises econômicas e políticas em sua história.

Contra o malogro social-democrata, anunciado nas primeiras décadas do século 20, sublevou-se o revolucionarismo de outras vertentes marxistas. Sem dúvida, o marco histórico do processo de dupla contestação, à sociedade burguesa e à social-democracia patrioteira e cooptada à ordem capitalista, foi a Revolução Russa de 1917. Esse evento, realizado por homens e mulheres de carne e osso, com as qualidades e imperfeições inerentes ao

ser humano, instaurou a aurora da sociedade comunista. Os revolucionários de 1917 pretenderam superar o capitalismo e iniciar a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista fundada em princípios internacionalistas e na coletivização dos meios de produção, rumo a uma sociedade sem classes, sem política e sem Estado: a sociedade comunista.

Um feito histórico sem precedentes, saudado até mesmo pelos libertários. Não obstante os esforços e a afirmação dos princípios que orientaram os que ousaram revolucionar a sociedade russa, os seus desdobramentos e descaminhos geraram exatamente o oposto: produziram-se as condições para o surgimento e domínio dos “novos padrões”, burocratas que se auto-intitulavam a “vanguarda do proletariado”.

O Estado Operário, longe de definhar, reforçou cada vez mais o seu poder de dominação e a “ditadura do proletariado” transformou-se na “ditadura contra o proletariado”. Os obstinados que se recusaram a silenciar a crítica às “deformações” da construção do socialismo nas condições políticas condicionadas pelo partido único, demiurgo da história e porta-voz dos interesses e aspirações operárias, não ficaram imunes ao braço armado e repressor do Partido-Estado, aos seus ditames burocráticos e à tirania da maioria – ativa ou silenciosa, mas subserviente e legitimadora do poder político. Em nome da “revolução” e do “proletariado”. A menor crítica à “linha justa” foi vista como “desvio revolucionário” – *crimideia*, diria Orwell –; a menor divergência da linha oficial poderia ser motivo mais do que suficiente para afastamento, perseguições, encarceramento, isolamento para tratamento psíquico ou

reeducação, e morte. Como na Santa Inquisição, elimina-se o herege para curá-lo da heresia, ou seja, suprime-se o pensar dissidente eliminando-se o corpo físico que o abriga.

A utopia socialista pariu um monstro autoritário, um Estado amparado apenas no poder repressivo e na ideologia transformada em dogma, numa espécie de *religião laica* e oficial. A *verdade* do partido único foi sacralizada, transformada em fonte de doutrinação e fundada numa retórica político-ideológica que intentava legitimar-se na tradição revolucionária, nas palavras e argumentos dos primeiros *profetas*. Stalinismo é o seu nome, mas é também conhecido pela alcunha de “marxismo-leninismo”.

Seu arcabouço teórico-ideológico, fundado em conceitos-chaves como a ditadura do proletariado, a concepção leninista de partido, etc., alicerça a prática dos marxismos ortodoxos. Esse modelo foi sacramentado pela Terceira Internacional e a política de bolchevização dos partidos comunistas. Configura-se, assim, uma certa leitura de Marx e Lênin, de feição ortodoxa. Os marxismos ortodoxos abrangem, como bem observou Mauricio Tragtenberg (1981), um amplo leque de forças políticas definidas como “marxismo-leninismo-stalinismo” e “marxismo-leninismo-trotskismo”.

Neste *campo*, alguns imaginaram a possibilidade de “salvar o projeto socialista” e os “princípios revolucionários” simplesmente pela periodização do *a.L.* e *d.L.* (“antes de Lênin” e “depois de Lênin”). Esquecem – ou se fazem de desentendidos – que já no período Lênin-Trotsky desenvolveram-se os germes ditatoriais contra a Oposição Operária¹, os marinheiros de Kronstadt², os libertários que ousaram desafiar o “poder revolucionário”, os camponeses

liderados por Makhno³, etc.; esquecem o aniquilamento dos soviets – no sentido da sua transformação em apêndices do partido e do Estado – e também parecem olvidar a política que anulou a possibilidade do controle operário, da autogestão nas fábricas, a direção unipessoal determinada pelo partido e a submissão dos sindicatos à função de correias de transmissão da linha oficial. Tudo isso foi aprofundado e levado às últimas conseqüências pelo stalinismo, mas começou antes, no tempo em que o todo poderoso “guia genial dos povos” era apenas um ilustre burocrata no aparato do Partido e do Estado.

Lógico, existem argumentos legitimadores das práticas autoritárias anteriores ao advento do stalinismo. As tão alardeadas “condições objetivas” explicariam tudo. Há, nisto, certo determinismo, pois se é verdade que a ação dos indivíduos, em especial da vanguarda revolucionária, é limitada pelas circunstâncias conjunturais (a realidade objetiva), também é fato que as decisões individuais são tomadas entre as variáveis possíveis e de acordo com os interesses em disputa. Ora, os homens fazem a história, mas a fazem sob determinadas condições; ou seja, os homens são, simultaneamente, produtos das circunstâncias e agentes históricos que agem sobre estas, *produtos* e *produtores* da história.

O interessante no raciocínio objetivista é que ele parece valer apenas para os “nossos”, isto é, quando se trata de justificar práticas e teorias que historicamente se mostraram equivocadas e constrangedoras aos seguidores atuais. Se levarmos este raciocínio ao limite, então, por que explicar a adesão da social-democracia ao social-patriotismo apenas pelas “condições subjetivas”? Será que lançar a pecha de “traição” aos líderes sociais-democratas daquela época

– ou seja, a maioria social-democrata – é uma resposta que dá conta da complexidade política? Parece-me que a análise crítica é necessária e esta exige ir além dos adjetivos e chavões.

A rigor, o argumento das “condições objetivas”, sempre lembrado nas intermináveis polêmicas entre as diversas matizes do campo político marxista-leninista e outros “istas”, também ser aplicado na defesa do stalinismo. Por mais absurdo que pareça, é possível encontrar adeptos saudosistas do “guia genial dos povos” a brandir argumentos semelhantes na tentativa de justificar o terror stalinista. Para as *viúvas* de Stalin, o todo poderoso secretário-geral fez o que tinha que fazer, ou seja, o que as “condições objetivas” da conjuntura exigiam. Não obstante, independentemente dos argumentos legitimadores e da bizantinice, fatos são fatos – ainda que sempre sujeitos às interpretações divergentes.

O eterno retorno aos *profetas* das origens e à obra ideologicamente canonizada é uma vã tentativa de operacionalizar discursos legitimadores dos novos profetas, seguidores e mantenedores de uma tradição que teria sido rompida em algum momento da história. Estabelecem-se, assim, linhas de continuidade que se nutrem das fontes de autoridade primeiras para reafirmar novas autoridades capazes da exegese dos *textos sagrados*. É um campo em disputa, em que a luta entre os diversos grupos e indivíduos que se reivindicam herdeiros da tradição objetiva deter mais capital simbólico e, dessa forma, fortalecer-se enquanto autoridade legitimada pela autoridade do *profeta* original.

Neste diapasão, olvida-se o caráter conservador inerente à tradição e aniquila-se a dialética em nome da dialética. O resultado é trágico! A

assimilação doutrinária e dogmática da teoria e das interpretações ideologizadas sobre os fatos históricos, que dissimulam interesses políticos em competição, termina por produzir a morte da dialética, como diria o filósofo Leandro Konder (2009). Os fatos são contorcidos para se adaptarem às teorias.

Seria necessário analisarmos como essas teorias e a práxis dos marxismos inspirados na Revolução Russa e na III Internacional repercutiram no Brasil. Infelizmente, não é possível percorrer esse caminho neste espaço. Contudo, e a despeito dos esforços da militância, os resultados apontam para uma direção contrária à utopia de uma sociedade sem padrões e internacionalista.

A análise racional dos fatos históricos indica que a utopia dos social-democratas revolucionários foi derrotada. Embora generosos em suas intenções, os que intentaram construir a sociedade socialista inspirados na Rússia de 1917, e depois na URSS, terminaram por reforçar o patriotismo, o poder do Estado e do Partido e criaram novos “padrões”, burocratas metamorfoseados em representantes e vanguarda do proletariado. A generosa proposta da Revolução Russa se degenerou e pariu algo afeito à polêmica, mas que dificilmente pode ser caracterizado como socialismo. O problema, porém, é que essas experiências, batizadas de “socialismo real”, são as que historicamente vinculam-se ao ideário de Marx e Lênin, entre outros.

O século 20 foi o século das utopias autoritárias e sua derrota não significou o fortalecimento das forças políticas, em geral minoritárias, que historicamente fizeram a crítica prática e teórica à esquerda. O marxismo heterodoxo⁴, o luxemburguismo, o trotskismo, etc., sucumbiram à hegemonia stalinista e foram incapazes de construir uma

alternativa – embora sobrevivam com maior ou menor força, a depender das conjunturas políticas. Contudo, a existência de dissidências, mesmo nos momentos mais difíceis, expressa a resistência e a possibilidade do reavivamento e oxigenação da utopia revolucionária. Como a Fênix que renasce das cinzas, as lutas sociais inspiram os que continuam a acreditar no impossível, a crer que novas comunas virão! Isso, porém, não está inscrito no DNA dos indivíduos e coletivos políticos. A história confirma que os discursos e princípios revolucionários são insuficientes. Da mesma forma, não basta dividir o mundo entre os bons e os maus. Boas intenções podem gerar monstros que a razão desconhece. Aliás, se o sono da razão produz monstros, a razão desperta também gera horrores inimagináveis – e o século 20, infelizmente, deu provas!

Não é o caso de fomentar maniqueísmos, mas de compreender os fatos históricos e aprender com os acertos e erros cometidos. A história, afinal, é feita por homens e mulheres concretos. Não devemos esquecer que as sociedades são construções humanas e, portanto, são imperfeitas. É da práxis humana que se trata e não de ideias e abstrações desincorporadas e acima da realidade em que os homens e mulheres reais vivem.

Os humanos são seres que sonham e agem inspirados pelos sonhos. A utopia de uma sociedade sem pátria nem padrões é, portanto, uma possibilidade em aberto; é o objetivo que estimula e move os irredutíveis. A imaginação humana impele-nos para além do ser-no-mundo, na direção do vir-a-ser. E, para além das nossas reflexões, desejos, sonhos e crises, as contradições sociais permanecem, acumulam-se e produzem novas contradições. A história continua o seu curso, pois que a ação humana

mantém a perspectiva transformadora. Enganam-se os que decretaram o fim da história, os que consideram que o *status quo* é perene.

“Sou otimista, acredito na contradição”, afirmou Maurício Tragtenberg. Renego o derrotismo dos acomodados e adaptados e os tráfugas de todos os tipos. Pior que estes, só os indiferentes. Sim, sou otimista. Mas sem as ilusões dos maniqueístas que, por se considerarem os “bons”, acham justos e legítimos todos os *meios*, ainda que contradigam os *fins*. E, à maneira religiosa, veem-se como *profetas* do reino na terra, transformam teorias em dogmas e constroem um corpo doutrinário que se assemelha ao *texto sagrado*. Imaginam-se “salvadores” da humanidade e afirmam o amor incondicional a esta. No entanto, são incapazes de amar o próximo, o ser humano real e concreto. Claro, é bem mais fácil amar abstrações, conceitos, etc., do que o homem e a mulher concretos, com toa a sua humanidade de seres imperfeitos.

Mantenho o otimismo dos que abraçam as causas perdidas, dos que remam contra a corrente, dos que persiste e sabem que, apesar de tudo, é preciso resistir. Mas sem ilusões e determinismo. A história permanece como uma possibilidade em aberto. Ela ensina; basta querer aprender. Aprendi e, ainda assim, perseverei. Mas, como diria o poeta, “minhas ilusões estão todas perdidas, os meus sonhos foram vendidos, tão barato que eu nem acredito”.⁵

Referências

ARVON, Henri. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998.

KOLLONTAI, Alexandra. *Oposição Operária 1920-1921*. São Paulo: Global, 1980.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética: a recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos 1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MAKHNO, Nestor. *A revolução contra a revolução*. São Paulo: Cortez, 1988.

MAKHNO, Nestor; SKIRDA, Alexandre; BERKMAN, Alexandre. *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia*. São Paulo: Editora Imaginário; Nu-Sol, 2001.

ORWELL, George. *1984*. 23 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TRAGTENBERG, Maurício. *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

* Escrito por ocasião da participação no seminário *Tomando o céu de assalto – da Comuna de Paris à Comuna de Oaxaca: 140 anos de experiências de auto-organização dos trabalhadores*, realizado entre os dias 23 a 27 de maio de 2011, na PUC/SP. Publicado originalmente na revista *PUCVIVA* 41, maio-agosto de 2011, p. 91-96.



** **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é Professor do Departamento de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Maringá (DCS/UEM) e autor de *Maurício Tragtenberg: militância e pedagogia libertária* (Ijuí: Editora Unijuí, 2008).

¹ Sugiro a leitura de Alexandra Kollontai, *Oposição Operária 1920-1921* (1980).

² Ver Henri Arvon, *A Revolta de Kronstadt* (1980).

³ Ver Nestor Makhno, *A revolução contra a revolução* (1988); e Nestor Makhno, Alexandre Skirda, Alexandre Berkman, *Nestor Makhno e a Revolução Social na Ucrânia* (2001).

⁴ Ver Maurício Tragtenberg (org.), *Marxismo Heterodoxo* (1981).

⁵ Da música “Ideologia”. Composição: Cazuza e Frejat.